



TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NA CIDADE DE CRATO: A VIDA PARA ALÉM DO QUARTINHO DE EMPREGADA (1990 á 2015)

COSTA, Fernanda Gabriela Gerhardt

Universidade Regional do Cariri

fernanda.costa@urca.br

SANTOS, Paula Cristiane de Lyra

Profa. Efetiva da Universidade Regional do Cariri

paula.santos@urca.br

RESUMO

A seguinte pesquisa aborda a trajetória de trabalhadoras domésticas no Crato (município do estado do Ceará situado na região do Cariri), propõe-se aprofundar as concepções que essas mulheres têm de suas vivências a partir das relações de trabalho, os impactos desse ofício na construção das suas subjetividades, e as consequências do mesmo em seus afetos particulares. Portanto, tendo como base a análise de relatos da história de vida das trabalhadoras domésticas no Crato, que desempenharam essa atividade entre os anos 90 e os primeiros quinze anos do século XXI. Além de depoimentos, este trabalho também se estrutura de uma pesquisa historiográfica, traçando paralelos a partir do processo de colonização brasileira e a luta contra a persistência de um pensamento colonial nas leis e relações trabalhistas desta classe.

Palavras-chave: Trabalhadoras Domésticas. História de Vida. História Social.

1 INTRODUÇÃO

Pensando nas vivências das trabalhadoras domésticas em um cenário de ascensão de leis trabalhistas em paralelo com a insistência em relações trabalhistas coloniais e patriarcais, propõe-se uma pesquisa que através de relatos pessoais seja possível analisar a história de vida das trabalhadoras domésticas no Crato (município do estado do Ceará situado na região do Cariri), e que desempenharam essa atividade entre os anos 90 e os primeiros quinze anos do século XXI.



O recorte espacial se limita ao município do Crato, que faz parte do território caririense, o mesmo é "um território marcado pela tradição, religiosidade e resistência, articulando elementos do patriarcado rural e da urbanidade, estruturadores de ordens morais de gênero recorrentemente violentas, [...]" (SOARES,2019, p.120). A pauta sobre os lugares e as subjetividades das trabalhadoras domésticas em Crato pouco é debatido, mas dentro dessas mudanças de urbanização e de desenvolvimento na luta das mulheres locais, manifesta-se o questionamento sobre a influência desses avanços em suas vidas.

Portanto, o objetivo do trabalho é evidenciar através das particularidades de cada trabalhadora entrevistada a construção das suas subjetividades, e as consequências do mesmo em seus afetos particulares diante os impactos do enraizamento de um sistema colonial nas relações de trabalho em contrapartida com os progressos das leis trabalhistas

2 O ESTADO DA DISCUSSÃO: O LENTO PROCESSO DE EVOLUÇÃO LEGISLATIVA

Quando se pensa na origem do trabalho doméstico, que envolve diversas questões enraizadas nas sociedades patriarcais, apontar um princípio é uma tarefa complexa que esta proposta de pesquisa não irá se aprofundar; no entanto, a partir da historiografia da história do Brasil podemos traçar como esse tipo de serviço direcionado majoritariamente para mulheres, sobretudo negras, está presente no Brasil desde a colonização com o regime escravocrata e suas fases no processo de avanço no legislativo que garantem reconhecimento enquanto classe trabalhista e os direitos de dignidade no exercício da função .

A luta das trabalhadoras domésticas no Brasil se estende por mais de 50 anos, passando por lentos processos de desenvolvimentos positivos para a classe; Mas no Brasil enquanto república essas trabalhadoras conseguiram, as custas de muitas reivindicações, sair da invisibilidade; As especialistas em trabalho e direito doméstico SILVA (et al, 2017) expõe brevemente no artigo publicado pela revista Cadernos de Direito, a trajetória dos benefícios que a classe conquistou a partir de 1936 até a primeira década dos anos 2000.



[...] passou a ter direito por meio da fundação do primeiro Sindicato das Empregadas Domésticas, em Santos, criado por Laudelina de Campos Melo; dos direitos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas; da promulgação da Constituição de 1988 e vigente até os dias atuais. A preocupação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tratadas na Convenção do Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhador Doméstico, em 2011, discutiu a situação da empregada doméstica, culminando, no Brasil, com a criação da PEC das Domésticas, que ampliou os direitos das mesmas, estando em voga a discussão sobre como será visto os novos direitos pela classe trabalhadora beneficiada e pela sociedade. (SILVA, et al. 2017, p. 414)

2.1 A TAREFA DE CUIDAR: O FEMININO COMO CAUSA

Observa-se diante uma sociedade capitalista, principalmente pautada em estigmas patriarcais na organização da vida social, as desigualdades entre mulheres e homens, colocando a mulher em nível de inferioridade e subordinação à dominação masculina.

Inicialmente definia-se o trabalho doméstico, como aquele realizado dentro de suas próprias casas, realizando com o cuidado e manutenção do lar e de quem nele vive. E tendo essas funções associadas à imagem da mulher, desde a antiguidade elas tem deixado o espaço da própria casa para inserir-se em outras, também com a tarefa de cuidar; porém nessa mudança há, por mais que mínima, a remuneração, troca de favor ou no caso sistemas escravagistas, a obrigação.

Nesse sentido, essas relações construídas ao longo do desenvolvimento histórico de miscigenação, sobrecarrega o papel da mulher que administra suas funções particulares e também necessita prover através do trabalho doméstico.

3 METODOLOGIA



Tendo assim, um longo período de transfigurações dos direitos trabalhistas, o recorte temporal da pesquisa limita a década de 90 e os primeiros anos do século XXI, uma vez que, após o reforço das leis trabalhistas já consolidado pela constituição cidadã de 1988, a classe lutou pelos demais direitos nas quais foram privadas, e que anos depois foram conquistados a partir da consolidação da Emenda Constitucional 72/2015.

Logo a metodologia desenvolvida é por meio de entrevistas orais onde as mulheres depoentes exerceram a função na cidade de Crato, e tendo em vista que na região esse grupo de trabalhadoras em sua maioria são mulheres jovens que migraram de outras regiões, as mesmas não necessariamente são nascidas no local. As entrevistas pretendem abordar suas trajetórias de vida, mas enfatizando o período em que trabalhavam como domésticas, e como se desenvolveu as suas relações trabalhistas e principalmente as consequências no desenvolvimento de suas subjetividades.

Surgindo a necessidade de utilizar conceitos teóricos que discorrem sobre a memória e seus usos para compreender as subjetividades de sujeitos dos diferentes meios sociais, o apoio teórico consiste na teorias de Joel Candau. CANDAU (2011 p. 21), em seu livro *Memória e Identidade* ele explica que os indivíduos no geral são providos dessa aptidão que advém de uma “organização neurobiológica” complexa. O autor discute sobre as faculdades da memória e sua ação na construção da identidade, buscando compreender as formas como a memória se manifesta, uma vez que, para ele, as memórias variam de acordo com os indivíduos, grupos, e sociedades. Portanto será utilizado o conceito de “memória de alto nível”, na qual foi trabalhada por Candau; o mesmo diz que essa “é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento: evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos, etc).” (CANDAU, 2011, p. 23)

Aplicando tal conceito na proposta em questão, pode-se interpretar que as trabalhadoras domésticas como sujeitos da história e providas de memória, são capazes de evocar suas lembranças e por consequência evidenciar suas identidades. Sobre isso, Candau conclui que “a perda de memória é, portanto, uma perda de identidade” (Candau,



2011, p.59), e ao pensar questionar as subjetividades dessas trabalhadoras através de suas lembranças permite a essa classe esclarecer e certificar suas identidades.

4 CONCLUSÃO

Portanto, a pesquisa seria um ponto de partida para a visibilidade dessas mulheres na cidade do Crato, enquanto sujeitas que são atingidas diretamente pelos retrocessos históricos, ficando por vezes alheias aos processos de evolução jurídicos ou conformadas com uma situação abusiva de trabalho. Assim, a proposta se destaca pela análise do íntimo dessas mulheres, que são afetadas pelo cotidiano do seu mundo social, que geram marcas na construção de hábitos, valores e crenças.

4 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. Contexto, São Paulo, 2016. p. 221
- SILVA, Deide Fátima; DE LORETO, Maria das Dores Saraiva; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de direito**, v. 17, n. 32, p. 409-438, 2017
- SOARES, Suamy Rafaely. **Feminismo no Sertão: as particularidades da Frente de Mulheres no Cariri cearense**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.